



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA**

---

<b>Processo nº</b>	13683.000141/2004-74
<b>Recurso nº</b>	156.090 Voluntário
<b>Matéria</b>	IRF - Ano(s): 2002
<b>Acórdão nº</b>	104-22.693
<b>Sessão de</b>	14 de setembro de 2007
<b>Recorrente</b>	COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO - FRANAVE
<b>Recorrida</b>	3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG

---

DIRF - DECLARAÇÃO APRESENTADA COM IRREGULARIDADES NO SEU PREENCHIMENTO - PROCEDIMENTO - PENALIDADE - No caso de DIRF apresentada com erros de preenchimento, o declarante deve ser intimado a corrigir a irregularidade no prazo de dez dias, a contar da ciência da intimação, somente sendo passível de penalização aquele que, regularmente intimado, não providenciar a correção nesse prazo.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO - FRANAVE.

ACORDAM os Membros da QUARTA CÂMARA do PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

*Maria Helena Cotta Cardozo*  
MARIA HELENA COTTA CARDOZO

Presidente

*Pedro Paulo P. Barbosa*  
PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Relator

FORMALIZADO EM: 22 OUT 2007

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Nelson Mallmann, Heloísa Guarita Souza, Gustavo Lian Haddad, Antonio Lopo Martinez, Renato Coelho Borelli (Suplente convocado) e Remis Almeida Estol. Ausente justificadamente o Conselheiro Marcelo Neeser Nogueira Reis.



## Relatório

Contra COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO – FRANAVE foi lavrado o auto de infração de fls. 11 para formalização da exigência de multa pelo atraso na entrega da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF referente ao ano-calendário de 2002, cujo prazo de entrega vencia em 28/02/2003 e, segundo a autuação, o documento somente foi apresentado em 16/03/2003.

### Impugnação

O contribuinte se insurge contra a autuação sob a alegação, em síntese, de que entregou no prazo a declaração (em 28/02/2003), conforme recibo de entrega que anexa. Porém, a DIRF foi rejeitada pela Secretaria da Receita Federal devido a erro na informação prestada na declaração quanto à natureza do declarante, diferente do constante no cadastro da SRF.

Argumenta que, até a data da entrega da declaração, a Receita Federal não estava preparada para processar as alterações de natureza jurídica promovidas pela legislação, em 2002 e que, segundo informações do Ministério do Planejamento – a contribuinte é sociedade de economia mista vinculada ao Ministério dos Transportes – a Receita Federal não estava preparada para aceitar mudanças de natureza jurídica, sendo que foi esse órgão que, posteriormente gerou as informações que acabaram sendo aceitas pela Receita.

### Decisão de primeira instância

A DRJ-BELO HORIZONTE/MG julgou procedente o lançamento com base, em síntese, na consideração de que a declaração entregue no prazo não poderia ser considerada, posto que entregue em desacordo com as especificações técnicas emitidas pela Secretaria da Receita Federal e, portanto, de acordo com a Instrução Normativa SRF nº 197, de 2002, a declaração assim apresentada considera-se como não entregue.

### Recurso

Cientificada da decisão de primeira instância em 05/12/2006 (fls. 43), a Contribuinte apresentou, em 02/01/2007, o recurso de fls. 44/47 no qual reproduz, em síntese, as alegações e argumentos da impugnação.

É o Relatório.



## Voto

Conselheiro PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA, Relator

O recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade. Dele conheço.

### Fundamentação

Como se vê, o cerne da questão a ser aqui tratada gira em torno do reconhecimento ou não de que a declaração em apreço foi entregue tempestivamente, considerando a circunstância de que o documento apresentado no prazo foi recusado pela Secretaria da Receita Federal por erro no seu preenchimento.

O deslinde da matéria requer um exame preliminar da legislação que prevê a penalidade. Reproduzo a seguir o artigos 7º da Lei nº 10.426, de 2002, *verbis*:

*Art. 7º O sujeito passivo que deixar de apresentar Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica, Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF e Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais - Dacon, nos prazos fixados, ou que as apresentar com incorreções ou omissões, será intimado a apresentar declaração original, no caso de não-apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela Secretaria da Receita Federal - SRF, e sujeitar-se-á às seguintes multas: (Redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004)*

*I-de dois por cento ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante do imposto de renda da pessoa jurídica informado na DIPJ, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega desta Declaração ou entrega após o prazo, limitada a vinte por cento, observado o disposto no § 3º;*

*II-de dois por cento ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante dos tributos e contribuições informados na DCTF, na Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica ou na Dirf, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega destas Declarações ou entrega após o prazo, limitada a vinte por cento, observado o disposto no § 3º;*

*III-de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de dez informações incorretas ou omitidas.*

*III - de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante da Cofins, ou, na sua falta, da contribuição para o PIS/Pasep, informado no Dacon, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega desta Declaração ou entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 3º deste artigo; e (Redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004)*



*IV - de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)*

*§1º Para efeito de aplicação das multas previstas nos incisos I e II do caput, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, da lavratura do auto de infração.*

*§ 1º Para efeito de aplicação das multas previstas nos incisos I, II e III do caput deste artigo, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, da lavratura do auto de infração. (Redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004)*

*§ 2º Observado o disposto no § 3º, as multas serão reduzidas:*

*I-à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício;*

*II-a setenta e cinco por cento, se houver a apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.*

*§ 3º A multa mínima a ser aplicada será de:*

*I-R\$ 200,00 (duzentos reais), tratando-se de pessoa física, pessoa jurídica inativa e pessoa jurídica optante pelo regime de tributação previsto na Lei nº 9.317, de 1996;*

*II-R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos demais casos.*

*§4º Considerar-se-á não entregue a declaração que não atender às especificações técnicas estabelecidas pela Secretaria Receita Federal.*

*§5º Na hipótese do § 4º, o sujeito passivo será intimado a apresentar nova declaração, no prazo de dez dias, contados da ciência à intimação, e sujeitar-se-á à multa prevista no inciso I do caput, observado o disposto nos §§ 1º a 3º.*

Note-se que, no caso de erros e omissões o *caput* do artigo prescreve que o contribuinte deva ser intimado a prestar esclarecimentos e no inciso II do *caput* há previsão de multa nos casos de falta de apresentação ou de apresentação fora do prazo legal. Ora, a entrega da declaração com erros ou omissões é entrega, reconhecida pela lei que, nesses casos prevê que o declarante deva ser intimado a prestar esclarecimentos. Portanto, a entrega de declaração, ainda que com erros, desde que posteriormente corrigido satisfaz a obrigação acessória, e se a declaração imperfeita foi entregue no prazo, a cumpre tempestivamente.

Neste caso a declaração apresentada em 28/02/2003 foi formalmente recebida pela Receita Federal que emitiu recibo, no qual consta resumo dos valores referentes a rendimentos tributáveis, deduções e imposto retido na fonte, como se vê às fls. 12.

É certo que, como mencionado na decisão recorrida, a Instrução Normativa SRF nº 197 prevê, no seu artigo 1º, parágrafo 4º que se considera “não entregue a declaração que não atenda às especificações técnicas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal

(SRF)”, o que, aliás, apenas reproduz o § 4º do art. 7º da Lei, acima transrito. Penso, entretanto, que esse dispositivo se refere a situação diversa da que se tem neste caso, que diz respeito a especificações quanto aos meios técnicos de apresentação da declaração: programas, formulários, etc. e não aos dados de preenchimento da declaração. Tanto é assim que a mesma instrução normativa, no artigo 2º, traz disciplinamento específico para o caso de declaração entregue com erros de preenchimento, senão vejamos:

*Art. 2º O declarante está sujeito a multa quando forem constatadas na Dirf as seguintes irregularidades, não sanadas no prazo fixado em intimação:*

*I - falta de indicação do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);*

*II - indicação do número de inscrição no CPF de forma incompleta, assim entendido o que não contenha onze dígitos, sendo nove dígitos base e dois para a formação do dígito verificador (DV);*

*III - indicação do número de inscrição no CNPJ de forma incompleta, assim entendido o que não contenha quatorze dígitos, sendo oito dígitos base, quatro para a formação do número de ordem e dois para a formação do DV;*

*IV - indicação de número de inscrição no CPF ou no CNPJ inválido, assim entendido o que não corresponda ao constante no cadastro mantido pela SRF;*

*V - não indicação ou indicação incorreta de beneficiário;*

*VI - código de retenção não informado, inválido ou indevido, considerando-se:*

*a) inválido, o código que não conste da Tabela de Códigos de Imposto de Renda Retido na Fonte, vigente em 31 de dezembro do ano a que se referir a Dirf;*

*b) indevido, o código que não corresponda à especificação do rendimento ou ao beneficiário;*

*VII - beneficiário informado mais de uma vez por um mesmo declarante, sob um mesmo código de retenção;*

*VIII - outras irregularidades verificadas no preenchimento da Dirf.*

*§ 1º O declarante será intimado a corrigir as irregularidades constatadas na declaração, no prazo de dez dias, contados da ciência à intimação.*

*§ 2º A não-correção das irregularidades, ou a sua correção após o prazo previsto no § 1º, sujeita o declarante à multa de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de dez ocorrências.*

*§ 3º Na hipótese do § 2º, a multa é de R\$ 5,73 (cinco reais e setenta e três centavos) para cada grupo de cinco ocorrências, para Dirf relativa:*

*I - a ano-calendário até 2000;*

*II - ao ano-calendário de 2001, no caso de extinção ocorrida até outubro de 2001, decorrente de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total.*

*§ 4º A comprovação do recolhimento da multa não dispensa o declarante da reapresentação da Dirf corrigida.*

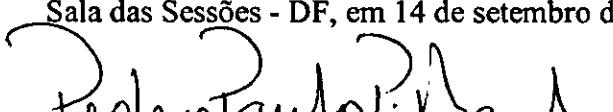
Note-se que, no caso de dados incorretos, a multa somente seria devida se não corrigida a declaração no prazo fixado em intimação. Neste caso, não consta nos autos intimação para que o erro fosse sanado, entretanto, verifica-se que, apenas dezesseis dias após a apresentação da declaração imperfeita, recusada pela Receita Federal, foi apresentada nova declaração, esta acolhida pelo órgão.

Penso, assim, não haver base legal para a imputação da penalidade neste caso.

#### Conclusão

Ante o exposto, encaminho meu voto no sentido de dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 14 de setembro de 2007

  
PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA